

**UniAGES**  
**Centro Universitário**  
**Bacharelado em Engenharia Agrônômica**

**YURI BRAZ SANTOS COSTA**

**A IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES  
PARA OS PRODUTORES FAMILIARES**

**Paripiranga**  
**2022**

**YURI BRAZ SANTOS COSTA**

**A IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES  
PARA OS PRODUTORES FAMILIARES**

Monografia apresentada no curso de graduação do Centro Universitário AGES, como um dos pré-requisitos para a obtenção do título de bacharel em Engenharia Agrônômica.

Orientador: Prof. Me. Fabio Luiz Oliveira de Carvalho

Paripiranga  
2022

**YURI BRAZ SANTOS COSTA**

**A IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES  
PARA OS PRODUTORES FAMILIARES**

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de bacharel em Engenharia Agrônômica à Comissão Julgadora designada pela Coordenação de Trabalhos de Conclusão de Curso do UniAGES.

Paripiranga, 20 de junho de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Fabio Luiz Oliveira de Carvalho  
UniAGES

Prof. Dalmo de Moura Costa  
UniAGES

Prof. Allan Andrade Rezende  
UniAGES

Prof. Fernando Carregosa  
UniAges

## AGRADECIMENTOS

Quero, aqui, agradecer, primeiramente, a Deus, por ter me dado força, saúde e discernimento para chegar até o final de mais uma etapa da minha vida.

Em seguida, agradecer aos meus pais, Arnóbio e Helena, pelos esforços que fizeram desde o começo da minha graduação.

À minha namorada, Irla Neves, que foi fundamental na reta final, sempre me dando apoio e acreditando em mim.

E não poderia deixar de agradecer à minha avó Joana (Iaiá) e à minha tia Atilania (Naninha), que me receberam na casa delas e me trataram como um filho durante todo esse tempo.

Agradecer, também, aos meus colegas da turma 2017.1: Robenilson, Joaquim, Lucas, Clewerson, Evandro, Joice, Thiago, Cleiton, Lindomar, Hugo, Carla, que acabaram se tornando amigos devido à união que tínhamos, e a Ana Layla que foi uma agregada da turma, mas que criamos uma conexão boa e sempre nos ajudamos em tudo.

E, por fim, quero lembrar dos amigos que sempre estiveram comigo: Pedro Lima, Maria Clara, Níniva Gabrielle, Antenor.

## RESUMO

A importância do associativismo rural para produtores familiares se consiste diretamente em um sistema que é capaz de integrar os trabalhadores, além de aplicar cooperação dos mesmos, também desempenha um papel importante quanto aos processos de elaboração e fortalecimento de intervenções que auxiliem subsistência dessas pessoas, visando, assim, a manutenção e assistência para agricultores familiares. Procurou-se também definir previamente o perfil comum existente nessas famílias, a fim de pontuar a sua concepção de associativismo e entender quais as contribuições existentes para fortalecer a agricultura familiar. A pesquisa em questão foi efetuada de acordo com a abordagem qualitativa, em que foi adotado o levantamento de informações bibliográficas acerca do tema, sendo essa a metodologia de coleta de dados, e que serviram para o desenvolvimento dessa investigação, assim como para os objetivos traçados. Essas ferramentas se mostraram importantes para alcançar os dados essenciais do estudo em questão. Tendo como base das informações coletadas, pode-se dizer que existe uma importância funcional quanto à agricultura familiar sobre a geração de trabalhos, que, conseqüentemente, geram renda para essas famílias, assim como a necessidade de organizar os processos existentes e que são essenciais para o funcionamento da produção agrícola no país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Associativismo. Produtores familiares. Agricultura.

## ABSTRACT

The importance of rural associations for family producers consists directly in a system that is able of integrating workers, in addition to apply their cooperation, it also plays an important role in the processes of elaboration and strengthening of interventions that help these people's subsistence, aiming, thus, maintenance and assistance for family farmers. It was also tried to define previously the common profile existing in these families, in order to punctuate their conception of associativism and to understand the existing contributions to strengthen family farming. The research in question was done according to the qualitative approach, in which the collection of bibliographic information about the theme was adopted, which is the data collection methodology, and which served for the development of this investigation, as well as for the objectives outlined. These tools showed themselves important to reach the essential data of the study in question. Based on the information collected, it can be said that there is a functional importance regarding to the family farming on the generation of jobs, which, consequently, generate income for these families, as well as the need to organize the existing processes that are essential for the functioning of agricultural production in the country.

**KEYWORDS:** Associativism. Family producers. Agriculture.

## LISTA DE QUADROS

1: Estrutura da Associação.....	33
2: Diferenças entre associação e cooperativa.....	37
3: Produtores agropecuários e suas divisões.....	40

## LISTA DE SIGLAS

FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
PAIS	Cartilha do Agricultor Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>13</b>
2.1 Agricultura Familiar: conceito.....	13
2.2 Evolução Sustentável.....	15
2.3 Produção Agrícola Familiar.....	18
2.3.1 Dados econômicos.....	20
2.3.2 Políticas públicas.....	23
2.4 Organização Profissional: agricultores familiares.....	26
2.5 Associações.....	29
2.5.1 Associativismo.....	31
2.5.2 Cooperativismo.....	35
2.6 Certificação de Produtos Orgânicos.....	38
2.6.1 Tipos de certificação de produtos orgânicos.....	39
2.7 Agronegócio.....	39
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>43</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>45</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>

# 1 INTRODUÇÃO

No panorama nacional, a agricultura ocupa um lugar preponderante: com o aumento contínuo da população, aumenta a busca por alimentos e a agricultura familiar de forma associativa atende não só a uma grande parte da população com competência e tradição na área, mas, também, como uma solução para o problema do crescimento populacional descontrolado (ALTAFIN, 2007).

A partir da migração da população rural para locais urbanos, ou seja, o êxodo rural, determinadas comunidades que eram mais ligadas às raízes locais e sem perspectivas de crescimento foram levadas a agregar seus valores ao que o local oferecia, permitindo, assim, um desenvolvimento da sociedade mais sustentável (ALTAFIN, 2007).

Os aspectos que definem essas associações são de grande importância, principalmente, por permitirem uma comunhão entre experiências de vivência entre as pessoas envolvidas, estabelecendo, deste modo, uma maneira de incrementar e desenvolver o local em questão. Portanto, no meio rural, é necessário buscar constantemente ações por meio de práticas associativas, a fim de atingir objetivos, relevância e, conseqüentemente, determinar iniciativas que servem como intervenções para as mudanças utilizadas para garantir o desenvolvimento local (PINHEIRO, 2001).

O associativismo é uma possibilidade necessária para a viabilização dos exercícios econômicos, oferecendo aos colaboradores e proprietários pequenos um meio efetivo de participação no mercado em condições superiores em relação à concorrência. Com a cooperação formal entre os parceiros relacionados, a fabricação e a comercialização de matéria-prima e/ou serviços podem ser muito mais rentáveis, visto que o objetivo é construir uma estrutura coletiva da qual todos se beneficiem, alcançar um bom desempenho econômico, ter um mecanismo na constituição de associações que garantam melhor desempenho no mercado (PINHEIRO, 2001).

Existem diferentes maneiras de estabelecer organização, tanto em associações, como em cooperativas, para a consecução de interesses comuns de um grupo em sua totalidade, por isso, a empresa usa a associação como uma maneira de desenvolver e fortalecer a agricultura familiar em locais de zona rural, tendo em

vista descomplicar o acesso desses trabalhadores às políticas públicas que estão acessíveis para o incremento da agricultura familiar. Dessa forma, foi analisado como o associativismo pode colaborar para o fortalecimento da agricultura familiar (ALTAFIN, 2007).

A agricultura é responsável por alimentar toda a população mundial e, em contrapartida, necessita de recursos naturais para que a sua produção possa atingir grandes proporções a fim de atender à demanda existente. Dessa forma, é notável a importância de se alcançar um equilíbrio quanto ao consumo e à sustentabilidade, já que tais atividades de extração da matéria-prima que gera os alimentos influenciam negativamente o meio ambiente, ocasionando degradação (OLIVEIRA, 2007).

Diante dessa problemática, pode-se entender que este fenômeno precisa ser estudado, a fim de compreender e colaborar para proporcionar uma mudança da situação apresentada, com decisões eficientes junto à população que está diretamente envolvida no processo em questão, com o objetivo de amenizar as consequências e solucionar a problemática. Portanto, este estudo tem como questionamento principal: qual a importância estabelecida pelas associações e que influenciam diretamente os produtores familiares?

Para tanto, o objetivo geral da pesquisa é definir a importância dessas associações em sua influência nos produtores familiares, que acabam sofrendo quanto à instabilidade financeira por depender de determinados fatores que garantem a sua renda mensal. A pesquisa está relacionada em detectar os possíveis impactos causados à comunidade quanto à produção rural.

Os objetivos específicos que contribuem para orientar a referida pesquisa são: identificar e pontuar os impactos gerados, assim como a importância exercida pelas associações aos produtores familiares.

Este estudo será construído por levantamento teórico referente às temáticas em que o fenômeno estudado está inserido, desde um contexto geral, sendo direcionado para a problemática local. Simultaneamente, haverá análise e divulgação dos dados referentes ao estudo, regido pelo levantamento bibliográfico acerca do tema previamente citado.

O presente trabalho tem como justificativa comprovar a importância do associativismo em relação às melhorias na qualidade de vida da população que utiliza esse meio de subsistência financeira em zonas rurais.

Este trabalho é composto por cinco capítulos, incluindo esta introdução. O segundo capítulo trata da fundamentação teórica, que traz os principais temas relacionados ao assunto, dentre eles: os questionamentos e as confirmações sobre o exercício de produtores familiares rurais. No capítulo 3, é apresentada a metodologia, mostrando o campo de estudo e as ferramentas utilizadas para coletar os dados necessários ao desenvolvimento do trabalho. No capítulo 4, são apresentados e discutidos os resultados que são essenciais para comprovação de funcionalidade do estudo previamente efetuado e, no capítulo 5, é apresentada a conclusão do trabalho.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Agricultura Familiar: conceito

A agricultura familiar está presente desde a origem dos primeiros agrupamentos humanos. Entretanto, este termo só passou a ser utilizado no meio acadêmico a partir da década de 1990, uma vez que até esse período essa categoria era denominada de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda (PINHEIRO, 2001).

O tema da agricultura familiar não se concretizou no meio acadêmico como objeto específico de estudo até meados da década de 1990, havendo estudos anteriores que eram focados na produção camponesa e na pequena produção (PINHEIRO, 2001).

Porém, há autores que manifestam pensamentos contrários, vendo agricultura familiar como um novo termo, sem herdar a terminologia antecessora. “Agricultura familiar fortemente integrada ao mercado, capaz de reconhecer os principais avanços técnicos e responder às políticas governamentais, não pode ser qualificada de longe como camponesa” (SOUZA; BATALHA, 2005).

A grande dificuldade de conceituar a agricultura familiar é, portanto, óbvia, dadas as diferenças entre os autores que abordam o assunto, mas é claro que, na literatura em geral, pode-se definir como melhor conceito sobre a agricultura familiar, sendo aquela cuja produção é efetuada e administrada pela família, em que grande parcela do trabalho é feito pelos membros da família, tendo os fatores de produção pertencentes aos mesmos (ALTAFIN, 2013).

O funcionamento da agricultura familiar possui uma característica versátil, capaz de incluir pontos como: segurança alimentar, função social, função ambiental e função econômica, quando exerce múltiplas funções além de sua função primordial de produção de alimentos (ALTAFIN, 2013).

A função de segurança alimentar precisa ser analisada por meio de diferentes dimensões, ao nível da própria produção agrícola, que é responsável por garantir quantidades de suprimentos aos mercados e do acesso aos alimentos em si, em que

existe o risco de os recursos serem mínimos, resultando em dificuldades no setor. Essas análises são essenciais para a realização de negócios na área em questão, abordando não somente a produção dos alimentos em si, mas, também, para acessá-los, pois, por meio da distribuição de renda e da geração de empregos, permitindo, assim, que milhões de pessoas tenham condições de acesso (ALTAFIN, 2013).

Tendo em vista a função social da agricultura familiar, pode-se reconhecê-la como cultura e tradição sobre os meios de produção alimentícios, que acabam gerando atenção aos envolvidos que a produzem em localidades rurais (PINHEIRO, 2001).

Essa propensão tem levado à valorização sobre o funcionamento das tradições que estão em volta da agricultura familiar e ao aparecimento de distintas oportunidades de emprego no meio rural, incrementando assim, de forma social, o local em que esses mesmos trabalhadores familiares estão incluídos e que contribuem diretamente para as melhorias significativas no campo (PINHEIRO, 2001).

A agricultura familiar tem um papel único no que diz respeito à função ambiental da agricultura, porque apresenta melhores condições para um desenvolvimento ambientalmente sustentável, e, também, porque está ligada à produção de bens públicos, que não são definidos sobre a paisagem rural, promovendo a conservação do solo, a gestão sustentável dos recursos naturais e preservando a biodiversidade (SOUZA; BATALHA, 2005).

A concordância da agricultura familiar com os recursos naturais é tida como positiva quando se está conectada ao meio físico de produção, e que exista também um controle direto sobre o que se é produzido e como é fabricado (SOUZA; BATALHA, 2005).

Ainda, a produção familiar também contribui para a diversificação do uso da paisagem e permite práticas de exploração agrícola que preservam o meio ambiente (PINHEIRO, 2001).

É importante dar ênfase à necessidade de aplicar políticas públicas que se disponham aos agricultores familiares e a possibilidade de serem elaboradas de maneira interativa. Essas propriedades acabam se tornando sujeitas às legislações de mercado e demanda advinda dos consumidores, incluindo, também, a concorrência existente, assim como o capital, utilização em grande intensidade do

solo em questão, e as intervenções tecnológicas, quando acessíveis à região, visando, assim, a utilidade dessas ferramentas (GUILHOTO, 2005).

Algumas famílias de agricultores estão mais comprometidas do que outras com a lógica da inovação tecnológica. Os mais comprometidos acabarão por conseguir ampliar sua estrutura produtiva comprando bens de quem se retira da atividade. Grande parte desses agricultores só conseguirá avançar por meio da pluriatividade, e, conseqüentemente, diversificando suas atividades para que a renda familiar não dependa, exclusivamente, da produção agrícola (GUILHOTO, 2005).

Nesse contexto, encontram-se os estabelecimentos de reforma agrária concebidos com base na agricultura familiar, fruto de um desenvolvimento social e econômico, com possibilidade de afetar o meio rural, mas com alto grau de dependência de políticas públicas para sobreviver e progredir (GUILHOTO, 2006).

Ter acesso à terra garante uma promoção quanto à organização social da localidade em questão por meio das famílias de trabalhadores afetadas (GUILHOTO, 2006), podendo elencar dois fatores cruciais:

- 1) o espaço para a construção habitacional;
- 2) o aumento na disponibilidade de alimentos para a família e para o autoconsumo.

Portanto, os programas destinados ao setor devem ser planejados e estruturados em áreas localizadas em terras férteis, com suporte financeiro para construção, para aquisição de equipamentos e, principalmente, com guia técnico que dê o suporte necessário para atividades produtivas, agregação de valor e comercialização (GUILHOTO, 2005).

## **2.2 Evolução Sustentável**

O modelo de crescimento econômico utilizado em dias atuais, que acabou sendo impulsionado pela globalização e pelo avanço existente nos mecanismos tecnológicos, tem incentivado, por um lado, o aumento dos índices econômicos e, por outro, tem contribuído de forma decisiva para a degradação do meio ambiente, como limites invisíveis da natureza até então, em que as conseqüências serão evidentes apenas no futuro (ESTEBAN, 2010).

Diante disso, há uma busca por um novo paradigma de desenvolvimento sustentável, e, nesse processo, é buscado relacionar o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente e também manter boas relações sociais, ou seja, procura-se desenvolver uma relação harmoniosa entre os limites ecológicos do planeta com as próximas gerações, para que tenham oportunidade de existir e também possuírem qualidade de vida, atendendo às suas necessidades (ESTEBAN, 2010).

A compreensão de um assunto tão complexo e de tantos conceitos, como o desenvolvimento sustentável e seus processos de funcionamento, exige uma alteração de valores, ideologias, princípios éticos, bem como uma nova reflexão sobre a gama de fatores que envolvem esse desenvolvimento e que, em sua totalidade, acabam gerando resultados negativos que precisam ser levados em consideração (SANTOS; GOIS, 2011).

O parecer sobre o significado da palavra sustentável indica algo que pode ser suportável e preservado, expondo uma ideia de continuidade. É o surgimento de um novo paradigma para orientar os processos, uma reavaliação da relação entre economia e sociedade com o meio ambiente, bem como com o Estado e a sociedade civil (ALTAFIN, 2013).

Compreender como acontecem e como funcionam as dificuldades existentes quanto ao tema em questão é essencial para o seu entendimento, portanto, é necessário abordar os conceitos sobre o que é desenvolvimento sustentável. A conceituação sobre o desenvolvimento sustentável pode ser entendida como aquela que visa e enfatiza suprir as necessidades do presente sem compromissar a capacidade das próximas gerações, que virão no futuro, em atender às suas (OLIVEIRA, 2007).

De fato, é possível conceituar sobre o desenvolvimento sustentável, o qual significa atender às indigências das gerações atuais sem prejudicar as gerações futuras, mas este conceito mostra que muitos são os desafios a serem vencidos, tanto para o poder público, quanto para a sociedade, e, até mesmo, para alcançar a sustentabilidade de relações entre ser humano e o meio ambiente (OLIVEIRA, 2007).

Embora difundido em diferentes partes da sociedade, o conceito de desenvolvimento sustentável exige uma definição clara do que se pretende apoiar e de quem é o responsável por esse conceito. Em geral, repensar comportamentos em relação ao uso dos recursos naturais e seus métodos de produção, para que sejam

orientados pelos princípios da sustentabilidade, é uma boa iniciativa quanto à redução de impactos ao meio ambiente (ALTAFIN, 2013).

A ideia de desenvolvimento intimamente ligada ao crescimento econômico, com base nestas discussões e na constatação de que os modelos econômicos, políticos e sociais tradicionais assentam num paradigma antropocêntrico, foi alterado pelo conceito de desenvolvimento sustentável, através da incorporação e prossecução de equilíbrio entre as dimensões social, institucional, econômica e ambiental, visto que, ao se considerar apenas uma dimensão, esbarra no erro de uma análise superficial da realidade (ESTEBAN, 2010).

Essa modificação aplicada ao enfoque do problema relatado se direciona à premissa de que, sem atingir um determinado nível de desenvolvimento social, as sociedades irão ter conflitos perante ao modelo de se desenvolver economicamente falando, ou seja, atributos econômicos não podem se acumular e se reproduzir de forma sustentável em que não existem outras dimensões, agregando as políticas sociais, institucionais e ambientais (SANTOS; GOIS, 2011).

As adversidades socioambientais vividas a partir do final do século questionaram os fundamentos teóricos e metodológicos que sustentaram a afirmação do atual modelo de crescimento econômico e seu reiterado desrespeito aos limites impostos pela natureza, em particular, no que se refere aos meios de manufatura (ALTAFIN, 2013).

Por meio do nível de complicação e gravidade existente no atual momento, é imprescindível que existam mudanças na maneira em que os meios de produção funcionam, conciliando-os com o desenvolvimento local, urbano ou rural e sustentável (SANTOS; GOIS, 2011).

Com isso em mente, entende-se que a forma ideal de aplicar sustentabilidade sobre os princípios da agricultura requer a compreensão desse setor como um desempenho de constituição social e não apenas como aplicação de determinadas tecnologias, assim, é vista a importância sobre o desenvolvimento sustentável no meio rural (ESTEBAN, 2010).

Fica, portanto, evidente a importância da aplicação de práticas agrícolas baseadas em princípios de sustentabilidade, que visem mitigar os problemas gerados, para as quais a agroecologia é uma alternativa que atende a esse quesito, de maneira que contribua com o caminho de alcance do desenvolvimento rural sustentável (ESTEBAN, 2010).

## 2.3 Produção Agrícola Familiar

Devido às peculiaridades da agricultura familiar, envolvendo quesitos como dimensão, variantes de produção, menor uso de insumos, afluência limitada quanto ao financiamento agrícola, a agricultura familiar é a parcela que mais pode agregar benefícios quanto à geração de tecnologias para esse setor (PINHEIRO, 2001).

A agricultura familiar existente no Brasil possui três características essenciais que a definem, sendo elas:

1) o gerenciamento de unidades de produção, assim como os seus investimentos realizados são assegurados por sujeitos que mantenham laços familiares ou matrimoniais entre si;

2) a maior parte das atribuições profissionais são executadas por integrantes da família;

3) o território em que está situado o meio de produção, mesmo que não seja necessariamente da terra, é pertencente à família que executa as atribuições profissionais e é no seio desta, que é transferida em caso de falecimento ou reforma dos chefes das unidades produtivas (PINHEIRO, 2001).

Os quesitos que abordam a agricultura familiar são indispensáveis para a manutenção do profissional em seu local de trabalho, ou seja, no campo, e, conseqüentemente, pela redução do êxodo rural, justamente por sua maior capacidade de gestão, flexibilidade e, sobretudo, por sua maior capacidade de diversificação de culturas (SANTOS; GOIS, 2011).

Para fortalecer os trabalhadores que são membros familiares, foi necessário adotar o cooperativismo agrícola, exigência que decorre de alguns quesitos, a exemplo das dificuldades relacionadas à baixa produtividade, disseminação de conhecimentos, aos locais de trabalho sob sistemas agroecológicos e à indigência sobre adesão dessa nova proposta, sendo necessário unir forças para ultrapassar adversidades existentes, em que princípios precisam ser levados em consideração, além de serem combinados com solidariedade e, principalmente, democracia (ESTEBAN, 2010).

A agricultura familiar foi vista pelo governo brasileiro como um segmento essencial para combater a fome e garantir a segurança alimentar e nutricional. Dessa

forma, entende-se que o agricultor familiar é aquele que produz até quatro notas fiscais – variando de 5 a 110 hectares, por região – utilizando, principalmente, mão de obra familiar e tendo a atividade rural familiar como principal fonte de renda, garantia essa definida pela Lei 11.326/2006 (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2015).

Essa mesma legislação também se aplica para silvicultores, que são os que cuidam do desenvolvimento florestal; aquicultores, responsáveis por criar plantas e animais aquáticos; assim como os quilombolas, pescadores e extrativistas (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2015).

Estima-se que, em valores aproximados, 70% da população brasileira obtenha seus alimentos por meio da agricultura familiar; portanto, o governo, tentando acomodar as peculiaridades dessas pessoas, aprovou linhas de crédito específicas para elas e esses programas auxiliariam os produtores no cultivo, na manutenção de máquinas e produtos e na colheita de produtos hortifrutigranjeiros (GUARINZOLI *et al.*, 2001).

Por meio desses programas governamentais, os membros puderam desfrutar de maior tranquilidade ao plantar e cuidar de suas safras, bem como aumentar o investimento em produtos e maquinários usados. Eles dependem de capital para manter seus negócios e fazê-los prosperar (GUARINZOLI *et al.*, 2001).

Os estudos voltados para o manejo da agricultura familiar partem do pressuposto de que técnicas aplicadas na gestão de forma adequada para esse segmento de atuação profissional agrícola contribuem para a sustentabilidade econômica dos negócios (RODER, 2013).

A gestão torna-se um processo importante porque a agricultura familiar é um segmento que assume um papel socioeconômico de grande importância. A agroindústria brasileira, além de contribuir para a inclusão social, é a razão pela qual o desenvolvimento desses projetos pretende ser uma forma de tornar a sociedade social e economicamente justa (RODER, 2013).

A possibilidade de a agricultura familiar absorver o progresso tecnológico decorrente das peculiaridades naturais do setor agropecuário, que norteiam sua evolução técnica do agricultor, que observa de perto o aprimoramento das ferramentas de trabalho para evoluir, sem que o processo passasse por mudanças (RODER, 2013).

O trator veio para substituir o cavalo, fertilizantes químicos, matéria orgânica; ferramentas e equipamentos foram modernizados, mas ainda precisarão da habilidade do fabricante para seu uso adequado (GUARINZOLI *et al.*, 2001).

A agricultura familiar foi e continua sendo o meio principal para o sustento das famílias que dependem desse setor de trabalho, e, além disso, representa também uma parte considerável do PIB do país, com destaque para o empreendedorismo rural, a administração de grandes propriedades, contabilidade de custos de insumos e apuração do valor destinado à sua compra, então, podemos ver que hoje em dia todos valorizam e têm sede de conhecimento (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2015).

O equívoco de que o progresso técnico na agricultura evolui da mesma forma que a indústria e que eficiência e escala andam de mãos dadas é usado para justificar a aceitação de estratégias de modernização baseadas na produção, em larga escala, e não na agricultura familiar não competitiva. Com as modernas técnicas existentes, o agricultor familiar consegue gerar uma receita líquida que supera o custo de oportunidade de seu trabalho (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2015).

A partir de informações retiradas da Secretaria da Agricultura Familiar (2014), esses são alguns dos resultados positivos demonstrados por meio de investimentos efetuados no setor agrícola:

- 1) a agricultura familiar emprega mais de 3 bilhões de trabalhadores em todo o mundo;
- 2) mais de 4,3 milhões de estabelecimentos rurais nos territórios nacionais; ocupação de mais de 80 mil hectares no Brasil;
- 3) responde por 33% do PIB da agropecuária brasileira;
- 4) ocupa 74% da mão de obra empregada no campo brasileiro.
- 5) as produções que se destacam são: mandioca (88,3%), feijão (68,7%), leite (56,4%), suínos (51%) e milho (47%).

### **2.3.1 Dados econômicos**

Possuindo como característica territorial ampla e diversa em vários e distintos aspectos, o Brasil torna a atuação dos agricultores, familiares e não familiares, marcada por desigualdades regionais, em que as circunstâncias objetivas de

produção variam, por diferentes motivos, entre as regiões brasileiras, e essas adversidades se estendem para dentro de cada região. O mundo da agricultura familiar no Brasil é bastante heterogêneo, abrangendo desde famílias muito pobres até as que possuem recursos financeiros (SANTOS; GOIS, 2011).

A Lei 11.326, de 2006, desenvolvida a fim de definir diretrizes que formulem uma política de agricultura familiar, diz que agricultores familiares e empreendedores familiares rurais são aqueles que atuam na área rural, atendendo aos seguintes requisitos:

- 1) não possua, por qualquer motivo, área superior a 4 (quatro) registros fiscais;
- 2) utilize, principalmente, o trabalho da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou negócio;
- 3) ter um percentual mínimo da renda familiar proveniente da atividade econômica do seu estabelecimento ou negócio conforme definido pelo executivo;
- 4) administre seu negócio ou estabelecimento com sua família (SANTOS; GOIS, 2011).

Essa definição legal da noção de agricultor familiar é ampla o suficiente para incluir a diversidade de situações existentes no país, municipais e até locais, sendo possível observar que a utilização do termo em questão se refere a vários conceitos que abordam a agricultura no país, incluindo distintos tipos e situações (BUAINAIN, 2007).

A agricultura familiar apresenta grande capacidade produtiva em todo o seu espaço de funcionamento, contribuindo, efetivamente, para o abastecimento do país, mesmo com acesso limitado à terra, crédito e mecanismos inovadores das tecnologias existentes, evidenciando, assim, a atuação da agricultura familiar no desenvolvimento do país, mesmo com o recurso limitado que este grupo enfrenta (BUAINAIN, 2007).

Porém, indica-se, também, que, nesse setor, metade dos brasileiros está em risco, por viver em condições econômicas muito baixas, beirando a pobreza, ou seja, mesmo que a capacidade de produção de alimentos seja grande, ainda existe uma grande disparidade entre o acesso das pessoas a esses produtos, sendo evidenciada, assim, a desigualdade social que existe no país (FRANTZ, 2012).

Esta assimetria existente na economia das pessoas pode estar ligada à diferenciação dos domicílios em termos de tamanho, forma de produção, recursos (naturais e tecnológicos) e comercialização de produtos (FRANTZ, 2012).

Dessa forma, a distinção das famílias residentes de zonas rurais está associada à formação de grupos ao longo da história, com patrimônios culturais diversificados,

com experiências profissionais e de vida particulares, com acesso e disponibilidade diferenciados de um conjunto de fatores, incluindo recursos naturais, capital humano e social (FRANTZ, 2012).

As assimetrias mencionadas são notáveis entre as regiões brasileiras, quando se são observados determinados quesitos relacionados a: clima e solo da localidade em questão, diligência acerca da colonização ocorrida, forma em que a exploração foi aplicada, crescimento industrial, vegetação e extensão territorial, em que todas as regiões do país se diferem quanto ao desenvolvimento da agricultura e em seus produtos fabricados (BUAINAIN, 2007).

É essencial enriquecer o conhecimento dos agricultores e refletir sobre as peculiaridades que cada localidade oferece, em que a diversidade entre regiões é refletida, principalmente, na agricultura familiar, e é necessário que cada região apresente maneiras para trabalhar essas singularidades, usando vivências como material de base para manter linhas de produção tradicionais (BUAINAIN, 2007).

A agricultura familiar é um importante mecanismo de geração de empregos e que contribui diretamente para a distribuição de renda para as famílias envolvidas, auxiliando para o acréscimo econômico e social da localidade em questão (SANTOS; GOIS, 2011). Ainda, pode-se dizer que:

Caracterizada como uma maneira utilizada para organizar a produção, a agricultura familiar carrega consigo uma relação entre rentabilidade e produtividade, assim como as demais necessidades e objetivos da família, auxiliando na orientação e tomada de decisões que sejam relativas à agricultura, portanto, é usada não somente como ferramenta de subsistência, mas como a principal fonte econômica que supre a família envolvida (SANTOS; GOIS, 2011).

Essa importância, quando transformada em números, mostra a sua contribuição direta à economia do país, já que a mesma representa a porcentagem de 40% como valor bruto da produção agrícola, assim como 74% da força de trabalho existente em localidades rurais municipais do país, sendo também responsável por abastecer a maior parte dos alimentos comercializados no Brasil (VARGAS, 2014).

Por meio dos dados em questão, é possível observar que existe uma importância sobre os profissionais agricultores familiares sobre o desenvolvimento econômico do país. Mas é visto também que, por meio de análises das áreas ocupadas por eles, pode-se perceber que apenas 24,3% da área é ocupada pelo setor agropecuário dos brasileiros (VARGAS, 2014).

Dessa forma, é visto que os resultados apontados exibem que a estrutura agrária é concentrada em setores não familiares, mesmo que representem 15,6% dos estabelecimentos existentes. Mas é perceptível que, mesmo quando a execução do cultivo de matéria-prima acontece em locais pequenos, existe uma grande importância no mercado interno quanto ao fornecimento desses alimentos (BUAINAIN, 2007).

Tratando-se sobre o desenvolvimento do capitalismo na zona rural, é visto que o mesmo acaba impondo que os agricultores adotem uma lógica em que a simples propriedade da terra não garante a reprodução das unidades produtivas familiares de sobrevivência, para que, com pequenas parcelas e pequena escala de produção, possam ser competitivos em níveis de produtividade agrícola (LIMA FILHO, 2011).

Os assentamentos rurais brasileiros enfrentam o dilema da conquista de terras e da conversão dos sistemas de produção, pois a replicação das tecnologias convencionais os torna reféns dos mecanismos estruturais do país (LIMA FILHO, 2011).

A modernização da economia e as necessidades dos mercados consumidores estão obrigando as famílias permanentes a se tornarem mais eficientes nos processos produtivos, ao diminuir custos e melhorando a qualidade, mas o pequeno tamanho das unidades de produção familiar limita a produção a uma escala maior, tornando ainda mais importante o reagrupamento dos trabalhadores familiares em cooperativas, associações ou outras formas de interação (PIRES, 2002).

A adoção dessas alternativas no meio rural exige a transferência de conhecimentos por profissionais capacitados e que precisam estar presentes no processo de acompanhamento durante sua implantação, além de buscar melhorias tecnológicas e gerenciais (PIRES, 2002).

### **2.3.2 Políticas públicas**

As políticas públicas têm contribuído amplamente para o desenvolvimento de regiões e países ao longo da história: são diretrizes, princípios norteadores da ação dos poderes públicos; regras e procedimentos das relações entre o poder público e a sociedade, mediações entre os atores da sociedade e o Estado. Compreende-se, portanto, que, por meio de políticas públicas, o poder público intervenha na sociedade

de forma a criar as condições estruturais para promover o desenvolvimento econômico e social do país (GUILHOTO *et al.*, 2005).

Ainda pode-se dizer que políticas públicas funcionam como ações coletivas que devem ser aplicadas como garantia dos direitos da sociedade, relacionando-se ao compromisso público que se destina em atender a uma determinada demanda em diversos campos, portanto, as políticas públicas nascem para atender às necessidades da sociedade, em particular, dos segmentos sociais, a exemplo da agricultura familiar (GUILHOTO *et al.*, 2005).

Para a realidade do setor agrícola presente no país, políticas públicas específicas são uma característica recente, quando se leva em consideração a definição de programas destinados a esta categoria comercial dos produtores rurais, já que só começaram a existir políticas públicas de abrangência nacional e destinadas a esse setor após a década de 1990, direcionando-se às necessidades dessa parcela da população (FRANTZ, 2012).

Até o ano citado anteriormente, as políticas públicas existentes em favor do meio rural visavam, principalmente, as propriedades capitalistas de grande e médio porte, caracterizadas por grandes parcelas, uma vez que o setor da agricultura familiar acabava sendo excluído dos benefícios disponibilizados por essa política (FRANTZ, 2012).

No exercício de atualização da agricultura brasileira, é visto que as políticas públicas para o setor rural têm favorecido os setores mais capitalizados e a esfera de produção de matérias-primas, voltadas para o mercado internacional, no intuito de fazer frente aos desequilíbrios do mercado, ocorridos na balança comercial. No setor de produção familiar, o resultado foi fortemente negativo, uma vez que a maior parte dessa parcela foi excluída das vantagens oferecidas pela política agrícola, em especial, nos quesitos que envolvem o crédito rural, seguro da produção e valores mínimos (SANTOS; GOIS, 2011).

Após essa década, foi iniciado um planejamento acerca das políticas que se destinem especificamente à demanda existente e advinda dos agricultores familiares, para que, assim, ocorra um estímulo no processo em sua totalidade, iniciando pela produção e chegando até o seu comércio. Definir e conquistar essas políticas só se tornou possível após surgirem movimentos efetuados por trabalhadores rurais (FRANTZ, 2012).

O processo que envolveu lutas a fim de garantir melhorias quanto às condições de vida no local de trabalho rural, assim como o fortalecimento da agricultura, teve

como resultado a criação de um programa específico para esse setor, denominado como Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAP, que foi criado a partir dos movimentos efetuados por agricultores familiares existentes na época em questão (SANTOS; GOIS, 2011).

O PROVAP seria o principal programa destinado à política pública criada e destinada ao setor agrícola familiar, funcionando como o seu embrião. Assim, vale ressaltar que, mesmo que esse programa tenha resultado em pequenas mudanças de acordo com recursos aportados, a sua importância se mostra por meio da mudança que foi iniciada, destinando-se a demais categorias de produtores rurais (GUILHOTO *et al.*, 2005).

Em 1995, o PROVAP passou por reformulações destinadas ao seu local de atuação, e, assim, foi desenvolvido outro programa para o setor, denominado como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. E, mesmo com uma trajetória pequena de execução, o PROVAP foi essencial para iniciar a disponibilizar garantia dos direitos existentes e disponibilizados aos profissionais da agricultura familiar (VARGAS, 2014).

O programa citado anteriormente foi criado a partir de inúmeras solicitações efetuadas a partir dos profissionais rurais, a fim de obterem direitos advindos de política pública destinados especificamente para esse setor, atuando por meio de linhas de crédito rural, infraestrutura e serviços aos municípios, assistência técnica e expansão rural, capacitação (VARGAS, 2014).

O PRONAF pretende ser um programa de crédito à produção e ao investimento voltado para a agricultura familiar e a reforma agrária dos assentados, que tem como objetivo principal concretizar diversas ações e garantir recursos de apoio às atividades existentes nos setores produtivos da agricultura familiar e demais segmentos atuantes no país (VARGAS, 2014).

Ainda visando o mesmo setor, foi criado o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que atua, especificamente, para o segmento de atuação profissional agrícola, a partir da Lei Federal 11.947, de 2009. Ela define que, pelo menos, 30% do que for repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE precisam ser aplicados na compra de alimentos, em que a fonte seja o setor da agricultura familiar e suas organizações, dando prioridade aos assentamentos da reforma agrária (CAMPOS, 2013).

De acordo com a Secretaria da Agricultura Familiar, foi sugerido que a compra de alimentos seja feita, na medida do possível, no mesmo município das escolas. Agricultores da região, território rural, estado e país, nesta ordem de prioridade, desde o uso de produtos agrícolas, produtos na alimentação diária dos alunos da rede pública de ensino, é obrigatória a necessidade de utilização (GUILHOTO *et al.*, 2005).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário define como quesitos essenciais do PNAE sobre o setor da agricultura familiar:

1) a capacidade de produção da mesma como fornecedora de alimentos diversificados e de qualidade;

2) a sensibilização crescente das prefeituras para vislumbrar o PNAE como instrumento de desenvolvimento local;

3) a conscientização crescente da sociedade para a necessidade de hábitos alimentares saudáveis, preservação das tradições alimentares locais e da produção com baixo impacto ambiental (CAMPOS, 2013).

Determinadas políticas públicas relacionadas ao fortalecimento da agricultura familiar dirigem-se, também, às comunidades remanescentes dos quilombos, pois é necessário que esses agricultores busquem acessá-las por meio dos órgãos responsáveis por sua implementação em cada município. É possível identificar as necessidades de cada município, assim como as políticas públicas essenciais à organização de sua produção e ao desenvolvimento das atividades produtivas (DUTRA, 2011).

Portanto, é fundamental que essas políticas públicas se tornem realidade no meio rural, a fim de melhorar as condições de vida no campo, em que os produtores possam transformar suas fábricas em unidades de produção agrícola sustentável, principalmente, do ponto de vista econômico e social, relacionando-se com a redução da pobreza, assim como a migração para os centros urbanos (DUTRA, 2011).

## **2.4 Organização Profissional: agricultores familiares**

A agricultura familiar tem se mostrado de grande importância para o Brasil em termos de geração de emprego e renda e produção de alimentos, contribuindo,

significativamente, como um catalisador capaz de promover o desenvolvimento econômico e social nas diferentes regiões do país (SOUZA; BATALHA, 2005).

Existem diferentes formas de associação, também definidas como formas de organização social ou produtiva, que se formam com objetivos comuns, ou que reivindicam e buscam os interesses dos menos favorecidos. Esses grupos podem atuar em diferentes áreas da sociedade, caminhando em busca de desenvolver determinadas ações que gerem impacto sobre os benefícios destinados aos envolvidos. Tais intervenções podem ser analisadas por grupos que estejam em busca de melhorias destinadas à sociedade em forma de, por exemplo, educação, saúde e desenvolvido de produtores agrícolas (GUILHOTO *et al.*, 2005).

Ressalta-se que as pessoas organizadas desenvolvem maior capacidade política e de articulação para o alcance de seus objetivos, pois, unidas, as dificuldades e potencialidades são compartilhadas com todos, alcançando uma melhor resolução dos problemas. Cada tipo de associação desenvolve diferentes objetivos e formas para alcançá-los também, alguns exemplos são cooperativas, associações e sindicatos (GUILHOTO *et al.*, 2005).

O cooperativismo surge da união de pessoas que buscam, em conjunto, a consecução de objetivos econômicos, com o objetivo de obter vantagens para seus associados por meio de ações coletivas, de gestão democrática e participativa.

Para as organizações cooperativas, existem características denominadas como elementos comuns, sendo elas:

- 1) são parcerias;
- 2) o registro é gratuito;
- 3) os fins são comuns;
- 4) o empreendimento econômico coletivo utiliza os meios de todos os seus membros e seu risco também é comum;
- 5) a estrutura social e econômica da organização cooperativa não se baseia na competição entre seus associados, mas, na compreensão, na solidariedade, em relação a objetivos comuns (SOUZA; BATALHA, 2005).

As cooperativas têm tomado como base a cooperação, com o objetivo de melhorar as condições econômicas através da concepção de uma empresa de interesse comum, objetivando a prestação de serviços aos seus associados sem a necessidade de intermediários. Consequentemente, a cooperativa busca objetivos

econômicos, ao contrário das associações, fins estritamente sociais, que é a principal diferença entre os dois (ESTEBAN, 2010).

Associações são pessoas jurídicas de direito privado, constituídas por indivíduos que se unem para atingir objetivos não econômicos. Os objetivos das associações são: altruístas, científicas, artísticas, beneficentes, religiosas, educacionais, culturais, políticas, esportivas ou recreativas (ESTEBAN, 2010).

O que difere as associações de outras formas associativas é o fato de não serem lucrativas e, nessa perspectiva, Souza e Batalha (2005) definem associação como:

Qualquer iniciativa formal ou informal que reúna pessoas físicas ou jurídicas com objetivos comuns, com o objetivo de superar dificuldades e gerar benefícios para seus associados. Associação é a forma jurídica de legalização da união de pessoas em torno de seus interesses, melhores condições do que aqueles indivíduos teriam por conta própria para atingir seus objetivos (SOUZA; BATALHA, 2005).

Assim, as associações apresentam-se como importante forma de organização da sociedade, por sua vez, os sindicatos apresentam-se como associações de pessoas singulares ou coletivas, que exercem atividades profissionais ou econômicas, em defesa dos interesses dos sindicalizados (GUILHOTO *et al.*, 2005). Assim, a sua definição pode ser descrita como:

Órgãos associativos permanentes, que representam os trabalhadores ligados por vínculos profissionais e de trabalho comuns, com o objetivo de resolver os problemas coletivos das respectivas bases representadas, defendendo o seu trabalho e interesses conexos, com o objetivo de lhes assegurar (GUILHOTO *et al.*, 2005).

Portanto, os sindicatos são órgãos reconhecidos e consolidados na sociedade, que atuam nas negociações com os empregadores, por meio de reclamações, principalmente, em matéria de salários, jornada de trabalho e cumprimento da legislação social, regulando e controlando a atividade de cada profissional (SOUZA; BATALHA, 2005).

## 2.5 Associações

As associações são pessoas jurídicas formadas pela união de pessoas que se organizam para o bem-estar comum e o desenvolvimento de atividades sem fins lucrativos, são ícones importantes na união de pessoas e podem formar grupos para diferentes fins, em diferentes tipos de empresas, sendo eles econômicos, políticos, sociais, entre outros, prestação de serviços, realização de atividades, em um conjunto de interesses, que podem ser formais, legalmente organizados ou informais, sem valor jurídico (FRANTZ, 2012).

Um dos indispensáveis objetivos das associações é defender os interesses específicos dos seus associados, quer na compra de matérias-primas, quer na garantia de meios para a obtenção de preços justos na venda ou divulgação dos produtos, pois, havendo interesse, as competências de alguns podem ser aprendidas de outros por meio da troca de informações entre seus membros (FRANTZ, 2012).

Ainda, pode-se dizer que as associações são consideradas um tipo de organização ideal, pois combinam a possibilidade de participação democrática de todos os envolvidos, além de ofertar vantagens de uma comunidade organizada, ponderada em termos de uma maior capacidade, e por lucros para o grupo (GUILHOTO *et al.*, 2005).

As associações de produtores rurais são as que mais recebem destaque no segmento de organizações desta categoria, além de servir como modelo de desenvolvimento, é notado também o forte crescimento desse tipo de organização, e isso se deve a certos fatores, incluindo a existência de apoios e fundos reservados para projetos associativos ou comunitários (DUTRA, 2011).

Para ter acesso a essas políticas públicas, em alguns casos, organizar-se coletivamente é um requisito fundamental, porém, muitas vezes, o simples fato de estar ordenado em grupo facilita o acesso a essas políticas, não sendo necessariamente uma exigência dos projetos (DUTRA, 2011).

O associativismo rural pode ser entendido como um instrumento de luta dos pequenos produtores, pela melhoria da vida rural e contra as injustiças, garantindo a permanência na terra, bem como uma estratégia de resistência social, aumentando a capacidade de inserção, produção própria, geralmente, em pequena escala, no circuito econômico (FRANTZ, 2012).

Esses movimentos recentes compartilham uma preocupação comum em questões como a obtenção de crédito agrícola, a melhoria da produção e as condições de comercialização, visando este segmento. No meio rural, principalmente, na agricultura familiar, o associativismo é uma importante ferramenta organizacional, uma vez que o agricultor, quando associado, tem mais facilidade de acesso às políticas públicas voltadas para esse quesito (GUILHOTO *et al.*, 2005).

As associações de produtores rurais são compostas, principalmente, por membros de uma mesma comunidade que possuam um objetivo comum e específico, geralmente, produtivo ou econômico, que possui estrutura e requisitos operacionais próprios com base na legislação brasileira (FRANTZ, 2012).

São associações de direito civil sem fins lucrativos que têm a obrigação de elaborar e registrar os seus estatutos, de eleger e renovar um conselho de administração e um conselho fiscal, respeitando, assim, os artigos do código civil que rege as associações (FRANTZ, 2012).

Os produtores, organizados em associações, têm mais poder para pedir ao governo apoio para a construção e manutenção de bens de utilidade pública, como postos de saúde, escolas, estradas. As associações são reconhecidas como de interesse público, beneficiando de diversos recursos de financiamento, oriundos de organismos governamentais, quase sempre transferidos com interesses diversos ou inexistentes, e de programas governamentais específicos (DUTRA, 2011).

A associação como instrumento de organização produtiva dos pequenos produtores passa a ser uma alternativa impulsionadora do desenvolvimento local, envolvendo fatores sociais, culturais e políticos (DUTRA, 2011).

As associações de produtores desempenham um papel fundamental não só na transmissão das questões relacionadas com a produção e comercialização, mas, também, no desenvolvimento de novas formas de relações sociais, na construção da identidade, na formação de novas lideranças políticas e na colocação de novos problemas, assim como na pauta das questões dos agricultores familiares (DUTRA, 2011).

Constitui-se, assim, uma necessidade histórica de incrementar a qualidade de existência humana desses profissionais e de melhorar as suas condições de vida em um determinado local, não somente no ambiente de trabalho, uma vez que envolve a troca de experiências e a convivência entre os povos uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento (FRANTZ, 2012).

### **2.5.1 Associativismo**

Segundo a Cartilha do Associativismo e Cooperativismo, o associativismo é uma forma de organização que visa obter vantagens comuns para seus associados por meio da ação coletiva e de canais democráticos. Uma associação pode ser constituída por um determinado grupo de duas ou mais pessoas que estejam unidas para organizar e defender os seus interesses comuns, sem fins lucrativos e dotadas de personalidade jurídica (AMARAL, 2014).

O termo associação engloba diferentes modelos de organizações que possuem metas e objetivos distintos, mas recebem esse nome por possuírem características comuns e parecidas, como a união de duas ou mais pessoas para atingir objetivos coletivos, sendo esse o valor para a constituição de associação; o patrimônio consiste na contribuição de membros, doações; os objetivos podem ser modificados pelos acionistas; os membros podem exprimir livremente a sua opinião e as associações são entidades privadas e não públicas (AMARAL, 2014).

O associativismo é constituído por meio de alternativas necessárias para viabilizar as atividades econômicas, permitindo que trabalhadores e pequenos proprietários participem do mercado em melhores condições de competição (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2015).

O principal objetivo deste tipo de organização não é a atividade econômica, mas, sim, a defesa dos interesses de um grupo de pessoas que descobriram, combinando os seus esforços, uma solução mais próspera para determinados problemas (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2015).

Por meio de associações, produtores que geralmente têm as mesmas dificuldades em obter um bom desempenho econômico se reúnem para tentar melhorar seu desempenho no mercado competitivo. Com a união, o acesso dos produtores aos insumos e às máquinas agrícolas fica mais fácil, não só a distribuição financeira dos dividendos, como também prazos mais longos e prazos de pagamento mais fáceis (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2015).

Dessa forma, podem ser pontuados os seguintes quesitos como princípios do associativismo:

1) Princípio da Adesão Voluntária e Livre: as associações são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas que desejam assumir as responsabilidades de membros sem discriminação social, racial, religiosa, política e de gênero;

2) Princípio da Gestão Democrática pelos sócios: as associações são democráticas, controladas por seus associados, que participam ativamente da definição de suas políticas e do processo de tomada de decisões, sendo as lideranças eleitas por maioria para atender às necessidades de todos;

3) Princípio da Participação Econômica dos Sócios: os membros contribuem de forma equitativa e democrática para o controle de suas associações por meio da deliberação da assembleia geral;

4) Princípio da Autonomia e Interdependência: as associações podem celebrar acordos operacionais com outras entidades, inclusive governamentais, ou receber capital de fontes externas, devendo fazê-lo de forma a preservar o controle democrático dos associados e manter sua autonomia;

5) Princípio da Educação, Formação e Informação: as associações devem fornecer educação e treinamento, os funcionários eleitos devem contribuir efetivamente para o desenvolvimento da comunidade e informar o público em geral, especialmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação;

6) Princípio da Interação: as associações servem a seus membros de maneira mais eficaz e fortalecem o movimento associativo, trabalhando em conjunto por meio de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais;

7) Interesse pela comunidade: associações trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, seus municípios, suas regiões, seus estados e países por meio de políticas aprovadas por seus membros.

Uma vez que os princípios de uma associação tenham sido esclarecidos, aqueles que desejam criar uma devem saber o que é preciso para fundá-la (AMARAL, 2014), assim, os passos estão descritos a seguir:

- 1) identificar o interesse organizacional do local ou da empresa;
- 2) comunicar a todos os residentes a intenção de formar uma associação;
- 3) na primeira reunião que irá predefinir a hierarquia existente na associação, devem ser apresentados os objetivos da associação, os problemas encontrados e as soluções possíveis, um projeto de estatuto da associação ou a designação das

peças que irão preparar a eleição do conselho de administração e do conselho fiscal; apresentando a seguinte estrutura como mostra o Quadro 1:

DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO FISCAL
Presidente	O conselho fiscal é formado por seis pessoas, sendo três titulares e três suplentes.
Vice – Presidente	
Primeiro Secretário	
Segundo Secretário	
Primeiro Tesoureiro	
Segundo Tesoureiro	

**Quadro 1:** Estrutura da Associação.

**Fonte:** Cartilha do Associativismo e Cooperativismo – UFERSA.

4) Ao final da reunião, é lavrada ata em caderno específico, em que constam todos os fatos ocorridos e, ao final, é assinada por todos os presentes;

5) uma vez formada a associação, a mesma deve ser registrada (AMARAL, 2014).

O associativismo consiste, essencialmente, em trazer vantagens técnicas, profissionais, econômicas e sociais a determinados grupos de indivíduos que expressam interesses homogêneos. Representa um meio de sobrevivência no ambiente competitivo, sendo agentes com objetivos comuns (DALFOVO, 2010).

O associativismo cria um ambiente fluído, determinado pelo fato de que diferentes fatores interagem, o que resulta em um produto harmonioso na constituição de uma comunidade de interesses. Além disso, é observado que o associativismo produz uma estrutura que deve ser adaptada para refletir os modelos de comunicação, relações e cooperação, que reforçam a identidade dos membros e, conseqüentemente, a dimensão humana (DALFOVO, 2010).

Analisando o contexto de atuação profissional em zonas rurais, a ideia de associativismo parece estar ligada ao processo de formação de uma classe trabalhadora; surgiu para integrar as pessoas, a fim de melhorar as condições de vida

e os direitos dos cidadãos, propondo soluções que fortaleçam os projetos para que os membros se vejam como sujeitos coletivos ativos (LISBOA; BONASSI, 2003).

Desse modo, as estratégias associativas estarão vinculadas aos pressupostos de uma ordem social de mercado, pois se apresentam aos produtores como uma importante ferramenta estratégica de fortalecimento econômico e político, com outros agentes econômicos e institucionais (MORAES; CURADO, 2004).

As associações, assim como as cooperativas, são responsáveis por contribuir para a organização da produção familiar. Nas aglomerações rurais, essas formas associativas têm se definido de forma significativa, o que reflete uma melhora no nível de produção dos agricultores familiares. Essa contribuição pode ser feita de forma econômica, político, social e cultural (MORAES; CURADO, 2004).

Além disso, fazem parte do desenvolvimento das aglomerações e, por isso, influenciam as práticas associativas. Nas localidades rurais de mais alto nível de desenvolvimento, as associações locais transmitem as necessidades dos habitantes, que caracterizam representação e ação (OLIVEIRA, 2010).

Não se deve esquecer que, nos assentamentos rurais, as associações e cooperações encontram barreiras centradas nas questões individuais, assim como perdas marcadas por tendências pessoais à autonomia. O ato de conquistar muito tende a ser visto como a ruptura dessa relação de autonomia (OLIVEIRA, 2010).

Há, também, a aspiração dos trabalhadores, alicerçada no espírito individualista que marca o seu percurso pela propriedade, herança familiar e trabalho personalizado. Além disso, se o agricultor foi um trabalhador urbano (antigo salário urbano), há uma tendência a reproduzir a forma de propriedade individual, caracterizada pela propriedade com modelos tradicionais de exploração produtiva (LISBOA; BONASSI, 2003).

Por outro lado, as associações nos assentamentos de reforma agrária são quase obrigatórias, o que significa que não contribuem, significativamente, para a vontade de cooperação dos assentados, bem como para a sua disposição de agir coletivamente (DALFOVO, 2010).

O associativismo, apesar da presença de entraves, é um caminho iminente para os agricultores, em especial, aqueles que têm práticas familiares inseridas em estabelecimentos rurais, pois, além de orientar para melhores condições econômicas e sociais, tende a materializar os mecanismos que materializam as exigências e, conseqüentemente, aproximar-se da autossuficiência produtiva (PIRES, 2002).

É constatado que é no seio da família que se desenvolvem as discussões e, conseqüentemente, a organização da integração produtiva, profissional, social e moral dos seus membros, aliás, se estabelecem estratégias individuais e coletivas, que visam garantir a reprodução e sobrevivência dos grupos. É preciso repensar o modelo de desenvolvimento rural brasileiro, considerando a intervenção do Estado, por meio de políticas públicas que vêm ganhando espaço de discussão e legitimação (PIRES, 2002).

O atual modelo de desenvolvimento econômico baseia-se em variáveis ineficazes para a missão de garantir o crescimento social equitativo e a sua distribuição territorial, que, nesse sentido, é necessário um desenvolvimento que implique a ampliação das liberdades humanas, conforme recomendado (MORAES; CURADO, 2004).

O crescimento ocorre quando os indivíduos aumentam sua capacidade de efetuar escolhas, ampliando seu direito à liberdade, capacidades essas que estão conectadas na formação de valores singulares e podem ser aumentadas por meio de políticas públicas, apoiadas em instituições sociais (LISBOA; BONASSI, 2003).

O desenvolvimento, efetuado endogenamente, necessita de intervenções criativas no plano político, o que se manifesta quando, na percepção dos obstáculos a serem superados, se acrescenta um forte ingrediente da vontade coletiva (LISBOA; BONASSI, 2003).

Por esse ponto de vista, entende-se que o associativismo e o cooperativismo são mecanismos indispensáveis para o fortalecimento da comunidade, que necessita da inserção econômica dos pequenos produtores no mercado e, conseqüentemente, permitem que a agricultura familiar se desenvolva e satisfaça, principalmente, as necessidades econômicas, sociais e humanas de maneira coletiva, porque a instalação dos agricultores no campo tende a ser a maior vantagem do mundo rural (DALFOVO, 2010).

### **2.5.2 Cooperativismo**

Visto que o cooperativismo está ligado diretamente ao associativismo, é a partir do Manual de Capacitação Tecnológica Social, que se compreende esse conceito

como uma ferramenta essencial para que uma comunidade escape ao anonimato e obtenha maior alcance social, político, financeiro e econômico (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO, 2008).

No que se refere ao cooperativismo, o fulcro está na melhoria das condições econômicas dos produtores, em particular, daqueles cujo nível de produção se caracteriza pela pequena escala. Neste contexto, sublinha-se que a missão fundamental da cooperativa é atuar como intermediária entre o mercado e as economias dos associados, para promover o seu aumento, o que pode favorecer a integração do produtor na cadeia produtiva (PIRES, 2002).

A cooperativa é uma instituição elencada por pessoas com um objetivo coletivo em comum, e que estão unidas de forma voluntária, por intermédio de uma organização administrada definida de maneira democrática, em que todos os associados contribuem com o mesmo valor, têm os mesmos direitos e deveres e assumem os encargos e as recompensas do negócio (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO, 2008).

Ainda é constatado que os conceitos presentes no cooperativismo possuem heranças advindas do associativismo que podem ser listados a seguir:

- 1) os mecanismos de mobilização em torno da organização cooperativa;
- 2) o modelo de governo da cooperativa, que se estabelece por meio da eleição de diretores;
- 3) realizar reuniões para aprovação das contas do exercício anterior e renovação de dois terços do parecer fiscal;
- 4) no prazo máximo de quatro anos, é realizada a eleição do conselho de administração e o julgamento dos administradores pela comunidade em causa;
- 5) a dupla função dos associados, de proprietário e beneficiário da cooperativa (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO, 2008).

Dessa forma, os indivíduos que irão chefiar os cargos existentes nas cooperativas são previamente definidos a partir de todos os associados.

No ano de 1889, ocorreu o primeiro registro referente a uma cooperativa atuante em um território brasileiro, mais precisamente no estado de Minas Gerais, tendo como título Cooperativa Econômica dos Funcionário Públicos de Ouro Preto. Já em 1902, ocorreu o registro de uma colônia alemã que funcionaria por meio de ajuda mútua (GUARINZOLI, 2001).

Os colonos contribuíram e conseguiram um empréstimo para subsídio de safra e outros privilégios, como seguro saúde. Esse método de empreender de forma cooperativa e solidária se destina a incluir as pessoas que eram excluídas do setor econômico, e os afetados eram geralmente trabalhadores do setor agrícola, pessoas jovens, mulheres, negros e, conseqüentemente, seus familiares também acabavam sendo afetados por isso (GUARINZOLI, 2001).

Para algumas pessoas, os termos associativismo e cooperativismo abordam a mesma coisa, mas são constatadas diferenças descritas no Quadro 2 a seguir:

<b>ASSOCIAÇÃO</b>	<b>COOPERATIVA</b>
Sociedade sem fins lucrativos	Sociedade civil/comercial sem fins lucrativos que viabiliza e desenvolve as atividades produtivas dos seus associados
Tem como objetivo a implementação e defesa dos interesses dos seus associados	Armazena e comercializa os produtos fabricados
Incentivar a melhoria técnica, profissional e cultural dos seus integrantes	Dá assistência técnica e educacional aos seus associados

**Quadro 2:** Diferenças entre associação e cooperativa.

**Fonte:** Cartilha do Agricultor Familiar – PAIS.

A cooperativa pode ser constituída por, pelo menos, 20 pessoas, enquanto a associação pode ser formada por, no mínimo, duas pessoas. O capital composto por associações é coletado por meio de taxas efetuadas pelos associados, mas pode ocorrer também por doações e reservas. Já a cooperativa possui fundos financeiros por meio de processos de subvenções, empréstimos e capitalização (RODER, 2013).

Outra diferença ocorre na distribuição dos resultados econômicos, que nas associações não são distribuídos entre os associados e são aplicados na própria associação, porém, na cooperativa, após a assembleia geral, o excedente pode ser dividido em função do volume de negócios de cada pessoa ou parceiro cooperativo (RODER, 2013).

Por fim, para a dissolução de uma associação deve ser averbada em assembleia ou por intervenção judicial do Ministério Público e para a dissolução de

uma cooperativa deve também ser definida em assembleia ou por meio de disposições judiciais (RODER, 2013).

Em algumas situações de imperfeição do mercado, a cooperação tende a traduzir-se numa forma eficaz de coordenação, que pode garantir o bem-estar dos seus diversos agentes, custos de transação e redução do risco de receitas (PIRES, 2002).

## **2.6 Certificação de Produtos Orgânicos**

A certificação de produtos orgânicos visa ganhar mais confiabilidade junto aos indivíduos que consomem esse tipo de mercadoria, além de criar mais transparência sobre as táticas e os princípios dessa mesma produção. A certificação é dada por diversas instituições do país que possuem regras direcionadas para emissão do seu selo de garantia (IPARDES, 2007).

Explica-se que, para essa mercadoria ser definida como orgânica, ela deve ser oriunda de uma esquematização em que os princípios da legislação orgânica tenham sido adotados por um tempo que varia de acordo com o sistema de produção anteriormente implementado pela produção orgânica, definindo uma situação favorável, a partir de estudos e avaliação prévia sobre os pontos de controle (IPARDES, 2007).

Por quase duas décadas, as mercadorias de categoria orgânica que são vendidas em território brasileiro se abstiveram de padronização ou institucionalização. Tanto a comprovação de autenticidade, quanto a sua garantia no processo de distribuição, tem sido assegurada de maneira direta através dos vínculos entre fabricantes e consumidores. Assim, esses produtos eram vendidos principalmente através de feiras e entregas diretas, em que existiam relações de conhecimento e confiança entre ambas as partes, ou seja, agricultores e consumidores (MEDAETS; FONSECA, 2005).

Por meio do afastamento entre a relação existente dos agricultores com consumidores, conveniente ao crescimento do mercado anônimo (grandes cadeias produtivas) e a mínima divulgação da figura de quem está produzindo, mostrando, assim, que é cada vez maior a necessidade de regulamentação dos alimentos orgânicos (PINHEIRO, 2012; IPARDES, 2007; MEDAETS; FONSECA, 2005).

### **2.6.1 Tipos de certificação de produtos orgânicos**

Os sistemas destinados ao processo de certificação em operação no Brasil seguem uma linha geral, assim, definida: o MAPA, reconhecido pelo IFOAM, elaborou os regulamentos e decretos que estabelecem as obrigações e os direitos da certificadora responsável pela atribuição de rótulos orgânicos aos produtos certificados responsáveis pela revisão de seu processo (MAPA, 2016).

No Brasil, em dias atuais, existem dois tipos de referenciais analíticos para as circunstâncias de inserção no mercado de certificação orgânica: o processo destinado ao mercado local, ou seja, nacional, e o deliberado para o internacional (PINHEIRO, 2012; IPARDES, 2007; MEDAETS; FONSECA, 2005).

Destinando-se ao o mercado nacional, está sendo analisada a aceitação de produtos orgânicos nos ciclos de transação financeira local e em algumas redes de supermercados. As operações nos círculos locais são baseadas em esquematizações de relacionamento de confiança, geralmente, baseados em processos históricos ou reconhecimento de atribuição técnica em nível local. As conjunturas direcionadas para supermercados admitem critérios distintos e regulados individualmente (VIANA; JULIÃO, 2011).

Levando em consideração a destinação internacional, a certificação pode ser realizada por meio de organizações responsáveis por essa abordagem e que possam atuar em território local, ou seja, no Brasil, tendo o produto certificado através de filiais, garantindo um reconhecimento da mercadoria por organismos como o IFOAM e aceito em diversos mercados ao redor do mundo (PINHEIRO, 2012; IPARDES, 2007; MEDAETS; FONSECA, 2005).

## **2.7 Agronegócio**

A partir da maneira desenfreada em que a população vem crescendo ao decorrer dos anos, os produtores rurais passaram a aumentar os seus níveis de produção, tornando-se cada vez mais dependentes de máquinas e insumos agrícolas

para poderem atender com mais rapidez às necessidades de consumo da população. O seu significado deixou de ser uma atividade totalmente natural ou agrícola e, exclusivamente, primária, para se tornar um complexo de bens ou serviços e infraestruturas envolvendo diferentes e interdependentes agentes (ARAUJO, 2013).

Agronegócio é o conjunto de serviços que englobam a produção agrícola em sua totalidade, desde a comercialização de insumos, passando pela produção agrícola, pelo processo de industrialização e distribuição até chegar ao consumidor final, de acordo com seus interesses (ARAUJO, 2013).

Ainda podem-se citar a junção das operações acerca da produção e distribuição de insumos agrícolas, produção em setores agrícolas, armazenamento e processamento dos produtos que por eles são fabricados (DÖRR, 2013).

Transformando essas informações em dados comerciais, é visto que o agronegócio foi responsável por movimentar em torno de R\$ 764.494 milhões no Brasil, em todo o processo que envolve a produção no campo até o consumir, em que esse valor representa 25,44% do PIB do país, além de ser também um terço dos empregos existentes (DÖRR, 2013).

Além disso, o setor da agropecuária é responsável por movimentar 38,5% dos produtos que são exportados, representando cerca de 40 milhões de funcionários, evidenciando, assim, a importância que o setor representa em território brasileiro (DÖRR, 2013). A partir disso, é possível constatar que existe uma divisão entre porte, cultura cultivada e demais informações que serão descritas no Quadro 3 a seguir:

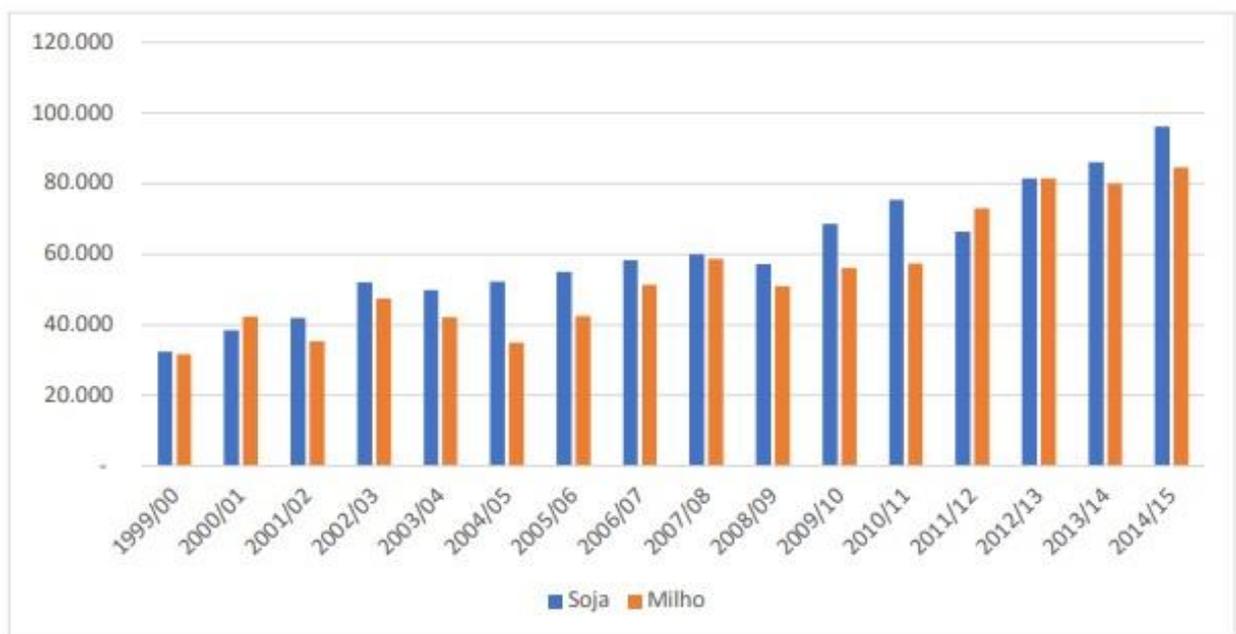
<b>PRODUTORES AGROPECUÁRIOS</b>	
<b>DIVISÃO</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
<b>PORTE</b>	23,3% = grande; 40,9% = médio; 35,8% = pequeno.
<b>CULTURA CULTIVADA</b>	28,1% = Soja; 19,1% = Cana-de-açúcar; 14,6% = Milho; 9,3% = Café; 5,9% = Algodão; 3,3% = Arroz; 3,3% = Laranja;

	1,2 = Trigo.
FILIAÇÃO	64,2% = Cooperativa ou associação (93,5% são do gênero masculino); 35,8% = Não possuem.
TEMPO DE ATIVIDADE DA FAMÍLIA	60,4% = Mais de trinta anos; 34,3% = Menos de trinta anos.

**Quadro 3:** Produtores agropecuários e suas divisões.  
**Fonte:** IC Agro (2014).

Aproximadamente, 90% da renda desses produtores vêm da atividade do campo, e uma pequena parcela dos trabalhadores tem seus filhos que trabalham na roça e participam do dia a dia da propriedade. Com base nessas informações, percebe-se a importância do agronegócio para o cenário nacional: além de liderar grande parte das negociações, também está gerando emprego e renda para muitas famílias (ARAUJO, 2013).

Para exemplificar o funcionamento do agronegócio quanto à produção de determinadas culturas cultivadas, o Gráfico 1 a seguir mostra a produção de soja e milho presente no Brasil ao decorrer dos anos de 1999 a 2015.



**Gráfico 1:** Produção de soja e milho no Brasil (1999 a 2015).  
**Fonte:** Companhia Nacional de Abastecimento (2016).

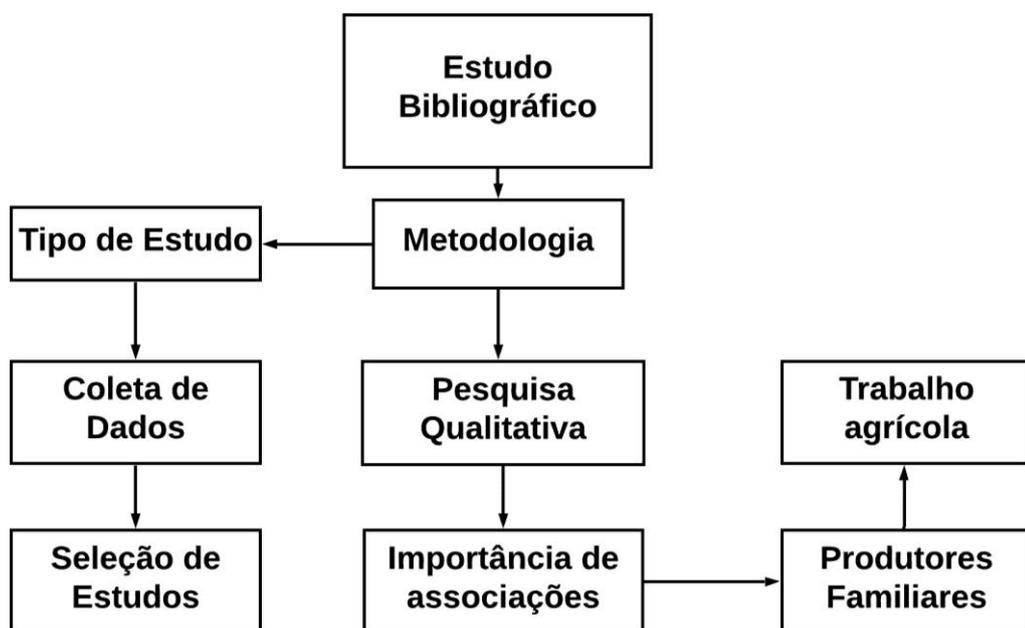
Devido a essa importante reorganização do mercado agrícola, a capacidade de aumentar sua produção no Brasil e o potencial exportador desses produtos para o balanço de pagamentos do país, diálogo político do agronegócio, habilmente mobilizando o espírito do agronegócio, está cada vez mais baseado em um cenário favorável para a implementação de suas estratégias.

### 3 METODOLOGIA

Este capítulo almeja proporcionar quais os instrumentos, procedimentos e as táticas metodológicas utilizadas para o desenvolvimento do trabalho, em que foram definidos o método de estudo, os mecanismos usados para coleta e, posteriormente, a apreciação dos dados, e uma visão geral do que será obtido como resultado.

A metodologia presente para este estudo se relaciona ao seu objetivo sendo do tipo exploratória. Tal tipologia é atribuída aos passos executados quanto ao levantamento de distintas variáveis que destinam descrever a sua natureza, seguindo uma sequência lógica com suas intervenções funcionais. Assim, sob quesitos procedimentais, define-se como um estudo bibliográfico que disserta sobre a importância das associações para os produtores familiares em seu setor de trabalho agrícola, assim como as demais problemáticas envolvidas; além de ser qualitativa, devido ao levantamento de informações a serem utilizados para comprovação da problemática analisada e previamente definida.

A fim de definir um esquema quanto à elaboração da metodologia propriamente dita, ao desenvolvimento dessa pesquisa, a Figura 1 descreve um passo a passo simplificado dos processos de compreensão do problema tratado em formato de um mapa conceitual, a fim de contribuir para o entendimento do que foi feito.



**Figura 1:** Representação do Mapa Conceitual.  
**Fonte:** Dados do pesquisador (produzida em 2021).

A elaboração do mapa anterior encaminha uma análise relacionada aos indicadores e possíveis métodos que definem os caminhos de entendimento das técnicas que induzem de forma direta o desenvolvimento e a criação desta pesquisa, dando ênfase aos procedimentos que encaminham o processo em sua totalidade.

Relacionando-se aos mecanismos utilizados para obtenção de informações, a busca será realizada por meio das bases de dados SciELO e Google Acadêmico, além de livros, produções acadêmicas, pesquisas relacionadas a artigos científicos, monografias e teses, quando foram utilizadas palavras-chave para o assunto abordado como “associativismo”, “produtores familiares”, “agricultura”. Adicionalmente, será realizada uma investigação por meio de uma análise das referências dos artigos incluídos na revisão.

A determinada pesquisa foi constituída por fontes bibliográficas que conceituam sobre o assunto tratado, além de funcionar por meio da realização de procedimentos que relacionam a observação de fatores, juntamente com levantamento de dados não diretos sobre a problemática escolhida para o caso, suas características básicas e seus subsídios essenciais para finalização do processo. Para a referida situação, foi levada em consideração a busca por informações sobre o a importância do associativismo para produtores familiares.

Para a seleção dos materiais utilizados, foram verificados todos os estudos que se enquadraram ao tema em questão, para, após isso, serem considerados como útil ou não. Seguindo o processo de avaliação do conteúdo produzido, foram levados em consideração os títulos e resumos que apresentaram conexão com a abordagem escolhida para o trabalho em questão.

Os títulos e resumos dos trabalhos foram avaliados conforme os seguintes critérios de inclusão pré-definidos para determinar a relevância do tema:

- (I) publicações em inglês, espanhol (que possuem tradução para o português disponível) e português);
- (II) publicações que evidenciem a abordagem estudada, se direcionando à importância do associativismo para produtores familiares.

Para a exclusão, foram levados em consideração os seguintes critérios:

- (I) publicações estrangeiras sem tradução ao português disponível;
- (II) revisões e materiais de publicados em congresso.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os procedimentos pertinentes à compreensão da importância de associações para os produtores familiares ocorrem a partir da constatação das informações levantadas ao decorrer deste trabalho, e que visem confirmar as ideias defendidas. Assim, é importante pontuar as questões cabíveis a essa abordagem, diante do que se foi analisado e que pode ser implantado de acordo com a realidade de cada região em que ocorra essa forma de execução de trabalho, e, para isso, alguns critérios precisam ser levados em consideração.

### 4.1 Obstáculos e Oportunidades

Ressalta-se que a produção de alimentos orgânicos é o setor que mais cresce dentro do sistema, mostrando-se uma excelente alternativa para os pequenos produtores, pois há uma valorização dos produtos pelo mercado consumidor, prontos para consumo, havendo a possibilidade de pagar mais pelos alimentos que são conhecidos por serem mais saudáveis e, praticamente, não terem contaminação química (RESENDE; RESENDE JUNIOR, 2011).

Além disso, destaca-se a importância da associação de produtores, em sua maioria, pequenos e baseados na agricultura familiar. Essa associação permite um melhor acesso à informação e maior poder de negociação com o governo, além de auxílios para estudos e incentivos financeiros para o desenvolvimento desse sistema produtivo (RESENDE; RESENDE JUNIOR, 2011).

As particularidades socioeconômicas das mercadorias orgânicas existentes no Brasil apresentam algumas variáveis descritivas desse segmento. Os produtores orgânicos são os proprietários majoritários de suas terras, tendo suas propriedades com áreas entre 5 e 50 hectares, e acesso limitado ao auxílio técnico e abreviado quanto à participação direta em instituições sociais (BARBOSA; SOUZA, 2012).

Ao efetuar uma análise econômica e tecnológica da produção orgânica em propriedades agrícolas familiares, é possível concluir que esses sistemas orgânicos

se caracterizam como uma excelente opção para a agricultura familiar, proporcionando melhor qualidade de vida às famílias rurais, além de proporcionar harmonia entre as necessidades do sistema orgânico, o cultivo e a disponibilidade de trabalho na agricultura familiar e o desejo da sociedade por uma alimentação saudável, a preservação do meio ambiente e a geração de emprego e renda (BARBOSA; SOUZA, 2012).

A partir disso, reafirma-se a perspectiva apresentada, indicando que, no contexto atual, os proprietários rurais de pequeno porte veem a agricultura biológica como uma atividade produtiva diversificada e uma estratégia de promoção do seu próprio desenvolvimento econômico e social, através da adição de valor aos seus produtos (CASTRO NETO *et al.*, 2010).

Contudo, para que o desenvolvimento das famílias de agricultores que trabalham na agricultura orgânica seja bem-sucedido, alguns obstáculos devem ser superados. Dentre esses, podem ser citadas a produção em pequena escala, instabilidade devido à fraca capacidade gerencial, falta de pesquisas científicas em agricultura orgânica, ausência de assistência técnica pública, aumento da demanda por mão de obra, que irá depender dos aspectos socioeconômicos da localidade por ser ou não uma vantagem, adversidades financeiras que são definidas a partir do processo de conversão, crédito bancário, monitoramento de requisitos, certificação e a possibilidade de surgir efeitos negativos (SILVA; MELO, 2012).

Os quesitos citados acima são inerentes ao processo de produção e conversão do sistema orgânico, mas podem ser mitigados por meio de ações concretas, a exemplo do PLANAPO, que possui um conjunto de diretrizes que visa impulsionar as práticas relacionadas com a agroecologia e produção orgânica no Brasil. Algumas delas incluem créditos subsidiados, atividades com universidades e institutos de pesquisa, assistência técnica voltada para agroecologia e produção orgânica e pagamento de bônus para compras governamentais de produtos certificados (MEIRELLES, 2016).

Ainda é importante destacar nessa discussão sobre a certificação orgânica destinada aos agricultores familiares, em que foi revelado que determinadas instituições voltadas ao setor agropecuário e que façam uso da fabricação de produtos orgânicos são 1,75% do total de estabelecimentos existentes, tendo 82,66% representando as famílias, em que 94,4% desses não possuem certificação (LOURENÇO; SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017).

Esses dados demonstram a forte presença da agricultura familiar na produção orgânica brasileira, bem como uma grande assimetria entre estabelecimentos certificados e não certificados, evidenciando a dificuldade dos agricultores em acessar a certificação (LOURENÇO; SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017).

Dentre os existentes, um dos motivos que podem explicar o baixo índice de estabelecimentos certificados é o custo envolvido para garantir esse processo, que, sem ajuda pública, torna-se um grande entrave à entrada de novos produtores (principalmente, os pequenos) ou ainda conduz (entre outros) à promoção de sistemas de certificação (SILVA; MELO, 2012).

O processo de certificação e as diretrizes que envolvem o processo podem ser vistos como um fechamento à liberdade de escolha dos produtores e sua capacidade de desenvolver, por si próprios, dentro das respectivas empresas familiares, seus conhecimentos, fazendo, assim, a sua organização e as suas referências. Mas, por outro lado, como fator limitante, o fundamento de novas relações que os distanciam das regras do mercado, dificultando a reconstrução das relações urbano-rurais (SILVA; MELO, 2012).

De acordo com essas questões, há quem defenda a certificação como fator essencial para o desenvolvimento da agricultura orgânica e quem denuncie seus abusos particularmente perigosos para os pequenos agricultores familiares: o consenso só parece existir sobre a necessidade de construir e fortalecer organizações produtivas e, ao mesmo tempo, formas de reconhecimento social (BARBOSA; SOUZA, 2012).

Determinadas preocupações existentes no conteúdo em questão foram parcialmente resolvidas, tendo em conta que o sistema de garantia participativa e o órgão de controle social mitigam os efeitos exclusivos do processo de certificação, garantem o acesso direto aos mercados locais e preservam os princípios de confiança e proximidade (RESENDE; RESENDE JUNIOR, 2011).

No entanto, as dificuldades inerentes à certificação persistem e requerem atenção: acreditar que apenas a ação do Estado (por meio do PLANAPO, por exemplo) é capaz de permitir a produção orgânica brasileira em patamares superiores aos que existem atualmente seria, no mínimo, um eufemismo. Isso deve ser contrabalançado por iniciativas concretas dos próprios atores sociais e de suas respectivas organizações coletivas (LOURENÇO; SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017).

Só assim a agricultura orgânica pode, realmente, reparando os benefícios que o cabem, agregando proteção ambiental, desenvolvimento, quando o mesmo ocorre de forma sustentável e também autonomia, garantir inserção dos profissionais da agricultura familiar como quesito essencial para garantia dessa forma de trabalho (LOURENÇO; SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar se mostra extremamente importante para as zonas rurais, pois conta com o trabalho dos familiares no processo produtivo, bem como com a manutenção dos valores e conhecimentos tradicionais na forma de produção e preservação do meio ambiente. Porém, a falta de atividades produtivas, muitas vezes, atinge a organização, o seu fortalecimento e desenvolvimento.

Percebe-se que a agricultura familiar tem um papel importante no país, tanto na produção de alimentos quanto na geração de renda, manejo, convivência com a seca, por exemplo, fazendo com que a agricultura perca sua força na atuação em determinadas localidades, ocasionando em que alguns membros dela procurem trabalhar em outros negócios ou sair da comunidade em busca de emprego.

Também foi possível constatar que muitos fatores têm limitado a comercialização dos produtos produzidos no setor agrícola, obrigando os agricultores a desenvolverem suas atividades de forma organizada, mas, para que isso funcione, é necessário constituir uma organização que os represente.

Sabe-se que já existem legislações que auxiliam a atuação profissional desses trabalhadores, mas é preciso conscientizar esses agricultores, por meio de reuniões, conferências, quais as políticas voltadas para a agricultura familiar, o papel de cada um e os procedimentos necessários para acessá-la, pois, por meio deles, os agricultores têm a possibilidade de aumentar sua produtividade, gerar empregos e renda.

Essas políticas públicas também podem estimular uma melhor organização dos agricultores, tanto na gestão do seu patrimônio, quanto em grupos, no âmbito do associativismo. A união desses agricultores pode permitir que surjam novas oportunidades no mercado desde que estejam mais preparados para atender às novas necessidades.

## REFERÊNCIAS

- ALTAFIN, Iara: **Reflexões sobre o conceito de Agricultura Familiar**. 2007.
- AMARAL, Inácia Girlene. **Associativismo e Cooperativismo**. [S.L.: s.n]. 2014.
- ARAUJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócios**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- BARBOSA, W.F.; SOUSA, E.P. Agricultura orgânica no Brasil: características e desafios. **Revista de Economia e Tecnologia**, v. 8, n. 4, p. 67-74, 2012.
- BUAINAIN, Antonio Marcio (Coord.) *et al.* **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. 1ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- CAMPOS, Rafael Albuquerque. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: **Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no Município de Campina da Lagoa/PR**. 2013.
- CASTRO NETO, N.; DENUZI, V.S.S.; RINALDI, R.N.; STADUTO, J.A.R. Produção orgânica: uma potencialidade estratégica para a agricultura familiar. **Revista Percurso**, Maringá, v. 2, n. 2, p. 73-95, 2010.
- DALFOVO, W.T. *et al.* A constituição de um modelo associativista familiar como alternativa de desenvolvimento local e regional sustentável: o caso do borboletário do Sesc Pantanal em Poconé-MT. In: **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2010.
- DÖRR, Cristina Andrea; GUSE, Carla Jaqueline; FREITAS, Rossi Antonio. **Agronegócios: desafios e oportunidades da nova economia**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2013.
- DUTRA, Mara Francisca Fonseca. **Direitos quilombolas: um estudo do impacto da cooperação ecumênica**. Rio de Janeiro: KOINONIA presença ecumênica e Serviço, 2011.
- ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Tradução Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010.
- FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Injuí: Ed. Unijuí, 2012.
- FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Produção Agropecuária Integrada Sustentável - Cartilha do Agricultor familiar: Associativismo e Cooperativismo Solidário**. [S.L.: s.d.] 2015.

GUARINZOLI, Carlos E. *et al.* **Agricultura e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUILHOTO, Joaquim J.M.; SILVEIRA, Fernando G.; AZZONI, Carlos R.; ICHIHARA Silvio M.: **Agricultura familiar na economia**: Brasil e Rio Grande do Sul. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

GUILHOTO, J.J. *et al.* **A importância do agronegócio familiar no Brasil**. RER, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 355-382, 2006.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **O mercado de orgânicos no Paraná**: Caracterização e tendências. Curitiba: IPARDES, 2007. 252p.

LIMA FILHO, S.C. Capital social e desenvolvimento sustentável: a experiência de Campo Brito (SE). **Revista Econômica do Nordeste**, Natal, v. 42, n.1, p. 139-163, 2011.

LISBOA, T.C.; BONASSI, S.A. O associativismo como estratégia competitiva no varejo: um estudo de caso na AREMAC - AM - Associação Regional de Material de Construção da Alta Mogiana. **Revista Eletrônica da Administração**, Franca, v. 2, n. 2, p. 1-25, 2003.

LOURENÇO, A.V.; SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. A agricultura orgânica no Brasil: um perfil a partir do Censo Agropecuário 2006. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 24, n. 1, p. 42-61, 2017.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agricultura orgânica deve movimentar R\$ 2,5 bi em 2016**. 2015.

MEDAETS, J.P.P.; FONSECA, M.F.A.C. **Produção orgânica**: regulamentação nacional e internacional. Brasília: MDA/NEAD, 2005, 115p.

MEIRELLES, L. Country Report: Organic Agriculture in Brazil. In: WILLER, H.; LERNOUD, J. (Eds.). **The world of organic agriculture** - Statics and emerging trends. Rheinbreitbach: IFOAM/FIBL, 2016. p. 240-241.

MORAES, E.G.; CURADO, F.F. Os limites do associativismo na agricultura familiar de assentamentos rurais em Corumbá, MS. In: **Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal**. 2004.

OLIVEIRA, A.F.S. **A sustentabilidade da agricultura orgânica familiar dos produtores associados à APOI** (Associação dos Produtores Orgânicos da Ibiapaba-CE). Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Ceará. 2007.

OLIVEIRA, A.R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP**: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural. 2010. 209 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

PINHEIRO, Diógenes. A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

PINHEIRO, K.H. **Produtos orgânicos e certificação**: o estudo desse processo em uma associação de produtores do município de Palmeira - PR. Ponta Grossa, 2012. 118f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2012.

PIRES, M.A.P. **Diagnóstico socioeconômico de assentamentos rurais na região de Ponta Porã e as perspectivas de desenvolvimento local**. 2002.

RESENDE, S.A.A.; RESENDE JÚNIOR, J.C. Cultivo Orgânico: origem, evolução e importância socioeconômica e ambiental. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v.7, n.13, p. 1120-1127, 2011.

RODER, Elisângela dos Santos Faustino. **Agricultura Familiar e as Teses de Doutorado no Brasil**. Campinas: Revista TransInformação, 2013.

SANTOS, A.; GOIS, F.F. **Microcrédito e desenvolvimento regional/Fundação Paulo Bonavides**. Instituto para o desenvolvimento de estudos econômicos, sociais e políticas públicas. Fortaleza: Premium, 2011.

SANTOS, José Wilson dos; BARROSO, Rusel Marcos B. **Manual de Monografia da AGES: graduação e pós-graduação**. Paripiranga: Ages, 2019.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO. **Associativismo**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília: 2ª Edição, 2008.

SILVA, E.C.A.; MELO, Y.A. **A viabilidade do cultivo de tomate orgânico em estufa: um estudo de caso**. Cornélio Procópio, 2012. 154f. Monografia (Bacharelado em Administração). Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio, 2012.

SOUZA, Hildo Meirelles de; BATALHA, Mário Otávio (Org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: Edufscar, 2005. 359 p.

VARGAS, Daiane Loreto de. **Políticas Públicas e Diversidade na Agricultura Familiar: um Estudo do PRONAF em Cachoeira do Sul/RS**. 2014.

VIANA, M.M.; JULIÃO L. **Certificações Socioambientais: A nova geração de boas práticas na fruticultura**. Revista Hortifruti Brasil, ano 9, n. 99, p. 8-17, 2011.